

EDUCAÇÃO: PRÁTICA SOCIAL

Francisco José da Silveira Lobo Neto *

Uma discussão da educação e da relação pedagógica só é possível na medida em que a situamos como prática social. A prática social não pode ser vista, simplesmente, como uma atividade que se manifesta como fenômeno ou fato, mas como todo um conjunto de atividades humanas que se diferenciam de qualquer comportamento simplesmente “natural”.



Preliminarmente, é importante esclarecer que, ao afirmar a educação como prática social, não se está negando o fato da educação se realizar, radicalmente, como um evento pessoal. E, na pessoa humana, a dimensão individual implica necessariamente a dimensão social, assim como o social necessariamente se constitui numa radical referência ao individual.

Aliás, só há prática humana – mesmo quando “praticada” por uma só pessoa - quando nela se identifica uma dimensão social. Isto porque ela sempre estará inserida no processo cultural, produzido historicamente.

Isto é, produzido na relação de interação intencional entre os seres humanos, e na relação de homens e mulheres entre si, com a natureza e com o mundo das coisas, isto é com a realidade total, na qual se inserem os processos e produtos decorrentes tanto da relação entre os seres humanos, quanto os que são criados pela relação transformadora de homens e mulheres com a natureza.

Assim, ainda que o ser humano tenha uma atividade de busca de alimento para saciar sua fome – o que é natural –, nele essa mesma atividade é *prática*, porque mobiliza, para além de sua capacidade de sentir a fome e de buscar saciá-la, sua consciência, sua intencionalidade. A caça ou a pesca, portanto, são um fazer consciente e intencionado, implicando necessariamente estabelecimento de raciocínios, relações, reflexão, abstração, significação.

É necessário ainda registrar que nenhuma prática, justamente por ser humana, pode prescindir de elementos teóricos. Ela é **atividade que incorpora uma reflexão sobre o mundo, sobre a vida, sobre si mesma**, enquanto parte constitutiva indispensável da *humanidade do homem*.

É pela mediação realizada pela consciência que o homem percebe e entende si mesmo, a natureza, os outros homens e a sociedade. É pela incorporação de uma teoria das relações sociais que os homens qualificam seus relacionamentos, produzindo e reproduzindo o mundo em torno de si, com a intenção de produzir com qualidade sua existência humana.

Toda atividade educacional, que se concretiza em *relações pedagógicas* é, portanto, uma *prática social* que apresenta características históricas, implicações teóricas e compromissos políticos.

E, sendo a educação uma prática social, que se concretiza através da relação pedagógica entre os sujeitos que a realizam, o comprometimento político lhe é inerente. No sentido de “uma necessidade imperiosa para a vida humana”, já que “o homem não é autárquico, porém depende de outros em sua existência”, precisando buscar, na relação interpessoal, “um provimento da vida relativo a todos, sem o qual não seria possível justamente o convívio” (cfr. ARENDT, 1998).

Como nos ensinou Hélio Pellegrino, somos “salto qualitativo da natureza para o processo cultural”. Ao perder os instintos, nos tornamos animais políticos – *zoon politikon* –, enquanto temos que, por negociação criar as leis da polis (cfr. PELLEGRINO, 1987).

Uma das lições mais preciosas de Karl Marx (1818-1883) foi a de nos chamar a atenção para a “omnilateralidade”, ou seja, para a categoria de totalidade na análise de qualquer fenômeno.

Neste sentido, nosso grande desafio está em não nos deixar levar por reducionismos na análise da prática educativa, limitando-nos a apenas um aspecto ou, mesmo considerando vários aspectos, deles tratar isoladamente, o que caracterizaria uma unilateralidade.

Por exemplo, considerar como única função educativa, em um curso de formação de técnicos, a socialização apenas dos saberes relacionados com a prática profissional admitida para os profissionais deste nível é, provavelmente, correr o risco de sonegar elementos fundamentais de compreensão profunda daquelas práticas. Além disso, é um desprezar da totalidade e da complexidade da educação e do próprio exercício profissional, que têm como critério, menos a hierarquização dentro de um campo profissional e mais o entendimento da realidade (princípios, processos e procedimentos) para o desenvolvimento de competências humanas. Tal maneira de proceder estaria, possivelmente, ignorando outras formas de saber, contribuições de diferentes culturas e de diversas experiências que têm importante contribuição a dar na constituição do profissional como sujeito, pessoa humana e cidadão. Seria, em última análise, não considerar que a prática pedagógica é uma prática social.

Dentro desta visão omnilateral da ação pedagógica, certamente mais do que o objeto, o conteúdo ou a forma, é importante o sujeito visto em sua totalidade e em sua relação com o outro, formando coletivos, grupos sociais, que – por sua vez – se relacionam na formação de uma sociedade.

O que pretendemos, na afirmação desta totalidade, é ver, na prática social educativa, esse processo de relação específica entre sujeitos humanos que se apresentam e recebem denominações também específicas de educador-educando e professor-aluno.

Para além da condição *daquele que ensina e daquele que aprende*, é preciso compreender o professor e o aluno como sujeitos que se constroem na história. A relação educativa, em que se envolvem como educador – educando, só pode ter significado concreto quando é entendida como prática social, sempre implicando uma visão de mundo.

A prática pedagógica precisa ser vista a partir de uma perspectiva que dê conta de pensar o homem na sua totalidade e na sua singularidade. Isto significa conceber o homem e suas práticas – dentre elas a educativa – sem dicotimizá-lo. Implica, portanto:

- em entender que a subjetividade, para existir como atributo de cada pessoa individualmente, supõe a coletividade e o social; em buscar subsídios para ter uma visão histórica que, sem excluir o particular e específico, seja entendida como a totalidade do momento;
- em construir uma abordagem interdisciplinar que não seja apenas a justaposição de perspectivas teóricas diversas, mas um compromisso com a já mencionada omnilateralidade humana.

Os fatos concretos da educação de cada um e o conjunto do “fazer pedagógico” é, portanto, prática coletiva. Nela, necessariamente, os aspectos cognitivos, afetivos, sócio-econômicos, políticos e culturais interagem em função de resultados também concretos. Assim, a prática social pedagógica, tal como acontece em cada “aqui e agora”, se produz pela linguagem, produzindo linguagem. Por isso mesmo a didática, que, sem dúvida alguma, é uma questão de meios, só pode dar conta deles quando se assume, primordialmente, como uma questão epistemológica e, mais ainda, uma questão cultural.

ARENDDT, Hannah. **Da revolução**. São Paulo: Ática, 1998.

NOSELLA, Paolo. **Relendo Gramsci: compromisso político e competência técnica**, 2004, disponível em <http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=6->, acesso em junho de 2006.

PELLEGRINO, Hélio (1987) **Pacto edípico e pacto social**. In: Py, Luiz Alberto et alli *Grupo sobre grupo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1987, 206 p, p.195-205.

*Este texto tem como base o material elaborado sob a coordenação do autor para curso a distância de formação de docentes (cfr. PROFABE/FIOCRUZ/ENSP-EAD, *Curso de Formação Pedagógica para Docentes do Ensino Médio na Área de Enfermagem*: Módulo 1, Rio de Janeiro, 2002).